



**PROCESSO Nº 3348/97 (1 volume)**

**APENSO Nº 096.000.745/97 (1 volume)**

**INFORMAÇÃO Nº 312/14**

**JURISDICIONADO:** Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos – DMTU/DF (atual Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS)

**ASSUNTO:** Prestação de Contas Anual – PCA

**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 1996

**VALORES ENVOLVIDOS:** R\$ 586.813.049,35 (montante em exame)

**EMENTA:** PCA do DMTU/DF referente ao exercício de 1996. Audiência (Decisão nº 246/14). Razões de Justificativa. Pela procedência parcial das justificativas, no sentido de afastar uma irregularidade, de quatro suscitadas. Pelo julgamento irregular, nos termos do art. 17, III, 'b', da LC nº 1/94.

Senhora Diretora,

Trata-se da prestação de contas anual – PCA dos administradores e demais responsáveis do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos – DMTU/DF (atual Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS), referente ao exercício de 1996.

2. Por meio da Decisão nº 246/14 (fl. 172), a Corte decidiu:

*“I) levantar o sobrestamento determinado pelo item II da Decisão nº 10.334/1999; II) nos termos do art. 13, III, da Lei Complementar nº 1/1994, determinar a audiência do senhor nominado no parágrafo 42 da Informação nº 119/2013 (fls. 140/154) para que, em 30 (trinta) dias, apresente razões de justificativa sobre os fatos a seguir enumerados, sob pena do julgamento irregular de suas contas, do então DMTU, relativas exercício de 1996, nos termos do art. 17, III, 'b', da LC nº 1/1994: a) celebração de aditamento ao Convênio nº 002/1992, sem a realização de licitação, conforme apurado no Processo nº 1634/1996, infringindo o art. 2º do Decreto-Lei nº 2.300/1986, e pela contratação de pessoal sem concurso público, contrariando o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, e em situações não consideradas pela Decisão nº 30/1997, de 01/04/1997; b) descumprimento do previsto nos artigos 7º, § 2º, incisos I e II e 47 e 21, § 4º, da Lei nº 8.666/1993, constatado no Processo nº 6068/1996, quando da contratação da reforma do Terminal Rodoviário da Administração do Gama/DF, resultante da Tomada de Preços nº 008/1996 - CPL/DMTU/DF; c) despesas ilegais em razão da assinatura do Contrato nº 22/1996, decorrente da Concorrência nº 01/1994, a qual já havia sido considerada ilegal pela Corte de Contas, mediante a Decisão nº 2736/1997, consoante as apurações no Processo nº 4448/1995; d) ausência de recolhimento do valor a que se refere o § 4º do art. 13 da Lei distrital nº 953/1995, dos permissionários do Serviço de Transporte Público Alternativo do Distrito Federal-STPA/DF, no exercício de 1996,*



***conforme constatado na auditoria objeto do Processo nº 7549/2009; III) autorizar o retorno dos autos à SECONT, para as providências pertinentes.***” (grifo nosso).

3. O Sr. Ricardo Mendanha Ladeira foi comunicado da audiência retro em 14/3/14, conforme Comunicação de Audiência nº 039/2014 – SECONT/GAB (fl. 175v). Com atraso de cinco dias, considerando as prorrogações de prazo concedidas mediante os Despachos Singulares nºs 224 e 363/2014 – GC/PT, respectivamente às fls. 181 e 186, o responsável apresentou razões de justificativa em 28/7/14 (fls. 188-190). Entendemos que o TCDF pode relevar o atraso, haja vista sua pouca expressividade.

#### **DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVA**

4. **Alegação:** que, **em relação à celebração de aditamento ao Convênio nº 2/92 (alínea ‘a’ do item II da Decisão nº 246/14)**, o assunto fora completamente debatido no Acórdão nº 168/07, que lhe dera quitação por ter pago a multa a ele imposta. A irregularidade, ocorrida por cerca de 10 anos, não fora iniciada por ele e nem terminara com ele, portanto, não seria justo que somente as contas de 1996 sejam condenadas em função dos fatos.

5. **Análise:** entendemos que as alegações não devem prosperar, pois:  
a) a irregularidade, de fato, foi completamente constatada e discutida no Processo nº 1634/96, onde o justificante foi multado, conforme o Acórdão nº 168/07, não cabendo discutir aqui a irregularidade e a responsabilidade do justificante. Trata-se aqui de sopesar se o fato possui ou não a força suficiente para macular a sua gestão à frente do então DMTU durante o exercício de 1996;

b) pela gravidade da matéria, que trata de celebração de aditamento ao Convênio nº 2/92, sem a realização de licitação, bem como a contratação de pessoal sem concurso público, entendemos que o fato deve ser motivo de irregularidade às contas do responsável;



c) o fato de a irregularidade existir antes e permanecer depois não exime a responsabilidade do justificante, porque, de fato, ele procedeu ao aditamento contratual de modo ilegal, perpetuando a contratação de pessoal sem concurso público;

d) por fim, o princípio da anualidade que rege as prestações e tomadas de contas anuais, torna particular o exame das irregularidades por exercício, fazendo com que não haja vinculação direta entre as contas de diversos anos. Além disso, as contas de 1998 (Processo nº 560/99), de 1999 (Processo nº 1382/00), etc. encontram-se sobrestadas por conta, dentre outros fatos, da presente matéria.

6. **Alegação:** que, **relativamente à contratação de reforma do Terminal Rodoviário da Administração do Gama (alínea 'b' do item II da Decisão nº 246/14)**, a contratação se deu após diversas tentativas de licitar a obra, como apontado no Processo nº 6068/96, em que fora julgado e multado e no qual procedeu ao pagamento da penalidade. Também, quanto à matéria, foi instaurada a TCE objeto do Processo nº 592/00, que restou arquivada por ausência de prejuízo.

7. **Análise:** entendemos que as alegações não devem ser acatadas, pois:  
a) houve multa ao responsável por dar causa a irregularidades relevantes na contratação e na execução do referido contrato, por meio da Decisão nº 957/00<sup>1</sup>. Sopesando os fatos, entendemos que o constatado deve configurar irregularidade às contas do justificante;

<sup>1</sup> II – aplicar: (...)b) ao senhor Ricardo Mendanha Ladeira, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94, multa de 500 (quinhentas) Unidades Fiscais de Referência - UFIR, por grave transgressão às normas legais e regulamentares – no processo licitatório: artigos 7º, § 2º, inciso I, 47, 21, § 4º, e 40, inciso I e § 2º, ambos de Lei nº 8.666/93; e na execução do Contrato nº 023/96, Cláusulas Quarta e Oitava: artigo 12, parágrafo único, do Decreto 16.098/94 e artigos 66 e 78, inciso I, da Lei nº 8.666/93 – na realização da Tomada de Preços nº 8/96, que trata da reforma do Terminal Rodoviário do Gama, notificando-o para promover o respectivo recolhimento no prazo de 30 (trinta) dias;



b) o julgamento irregular não pressupõe, necessariamente, a existência de prejuízo ao erário, podendo configurar-se por atos e/ou omissões de natureza grave, o que ocorreu no presente caso.

8. **Alegação:** que, **no que diz respeito à aquisição de equipamentos de informática através da Concorrência nº 1/94 (alínea 'c' do item II da Decisão nº 246/14)**, o tema fora debatido no Processo nº 4448/95, resultando em sua condenação e apenação mediante multa, que se encontra sub-júdice em cobrança judicial. Em sede de TCE, Processo nº 3085/97, não se apurou prejuízo ao erário. Portanto, o justificante não deveria ser duplamente punido, já que a penalidade já fora aplicada e que não houve prejuízo ao erário.

9. **Análise:** entendemos que as alegações não devem ser acatadas, pois:

a) houve multa ao responsável por dar causa à realização de despesas ilegais em razão da assinatura do Contrato nº 22/96, decorrente da Concorrência nº 1/94, a qual já havia sido considerada ilegal pela Corte de Contas, por meio da Decisão nº 2736/97. Sopesando os fatos, entendemos que o constatado deve implicar irregularidade às contas do justificante;

b) o julgamento irregular não pressupõe, necessariamente, a existência de prejuízo ao erário, podendo configurar-se por atos e/ou omissões de natureza grave, o que ocorreu no presente caso.

10. **Alegação:** que, **no tocante à ausência de recolhimento de taxa de 2% junto aos permissionários do Sistema de Transporte Público Alternativo – STPA (alínea 'd' do item II da Decisão nº 246/14)**, não houve cobrança pois a matéria não fora regulamentada pela Procuradoria do GDF, de forma que o DMTU jamais conseguiu executar o recolhimento do tributo. Também, o momento era bastante conturbado no que se refere ao transporte alternativo, com manifestações e quebraadeiras.



11. **Análise:** entendemos que as alegações devem ser acatadas no sentido de afastar qualquer reflexo da matéria nas contas, pois:

a) de fato, seria inviável a cobrança da taxa, por ausência e impossibilidade de implantação de catraca nas vans componentes do STPA, sob pena de inviabilizar o negócio, por perda de expressiva parte da receita. Além disso, em discussão da matéria procedida no Processo nº 2180/98, há indicação de que existiram tentativas de implementação de outras alternativas técnicas, que encontraram dificuldades tecnológicas e de custo;

b) o próprio teor do § 4º do art. 13 da Lei distrital nº 953/95<sup>2</sup>, que instituiu a taxa, indicou que o recolhimento da taxa ocorreria de forma equivalente ao estabelecido para o Sistema de Transporte Público Coletivo - STPC, o que se mostrou impossível, haja vista que os veículos de transporte coletivo possuem catraca, o que nas vans do extinto STPA restou inaplicável. Portanto, a efetividade da lei, a nosso ver, restou prejudicada, inviabilizando a cobrança do tributo sem uma nova legislação substitutiva ou complementar;

c) a competência para normatização substitutiva ou complementar não poderia ser do DMTU, mas da Câmara Legislativa, em caso de nova lei, ou do Excelentíssimo Sr. Governador, no caso de Decreto Regulamentar.

12. Assim, entendemos que a Corte possa considerar parcialmente procedentes as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Ricardo Mendanha Ladeira diante da audiência determinada no item II da Decisão nº 246/14, no sentido de afastar a irregularidade decorrente da ausência de recolhimento do valor a que se

<sup>2</sup> “§ 4º Os permissionários do Serviço de Transporte Público Alternativo do Distrito Federal-STPA/DF ficam obrigados a recolher ao Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos-DMTU 2% (dois por cento) de sua receita operacional, de forma equivalente ao estabelecido nos decretos tarifários, para o Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal-STPC/DF, conforme previsto na legislação pertinente e de acordo com as normas e procedimentos determinados pelo Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos-DMTU”.



refere o § 4º do art. 13 da Lei Distrital nº 953/95, dos permissionários do STPA, no exercício de 1996, conforme constatado na auditoria objeto do Processo nº 7549/09, sendo mantidas as demais irregularidades.

## DA ANÁLISE

13. Em consulta aos autos, verificamos que a presente PCA encontra-se em condições de ter suas contas julgadas. Assim, entendemos que o TCDF deve, nos termos do art. 17, III, 'b', da LC nº 1/94, julgar irregulares as contas do Sr. Ricardo Mendanha Ladeira, por conta dos seguintes fatos: a) celebração de aditamento ao Convênio nº 2/92, sem a realização de licitação, conforme apurado no Processo nº 1634/96, infringindo o art. 2º do Decreto-Lei nº 2300/86, e pela contratação de pessoal sem concurso público, contrariando o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, em situações não consideradas pela Decisão nº 30/97, de 1/4/97; b) descumprimento do previsto nos artigos 7º, § 2º, incisos I e II, 47 e 21, § 4º, da Lei nº 8666/93, constatado no Processo nº 6068/96, quando da contratação da reforma do Terminal Rodoviário da Administração do Gama/DF, resultante da Tomada de Preços nº 8/96 - CPL/DMTU/DF; e c) despesas ilegais em razão da assinatura do Contrato nº 22/96, decorrente da Concorrência nº 1/94, a qual já havia sido considerada ilegal pela Corte de Contas, mediante a Decisão nº 2736/97, consoante apurações no Processo nº 4448/95; notificando-o da decisão que vier a ser adotada.

14. Deixaremos de propor a aplicação da multa prevista no art. 57, I, c/c o art. 20, parágrafo único, da LC nº 1/94, haja vista que todos os itens ensejadores do julgamento irregular já foram objeto de multa ao responsável em seus processos originários.

## DAS CONCLUSÕES

15. Acreditamos que a Corte possa considerar parcialmente procedentes as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Ricardo Mendanha Ladeira diante da audiência determinada no item II da Decisão nº 246/14, no sentido de afastar a





irregularidade decorrente da ausência de recolhimento do valor a que se refere o § 4º do art. 13 da Lei Distrital nº 953/95, dos permissionários do STPA, no exercício de 1996, sendo mantidas as demais irregularidades.

16. Assim, entendemos que o TCDF deve, nos termos do art. 17, III, 'b', da LC nº 1/94, julgar irregulares as contas do Sr. Ricardo Mendanha Ladeira, por conta dos seguintes fatos: a) celebração de aditamento ao Convênio nº 2/92, sem a realização de licitação, conforme apurado no Processo nº 1634/96, infringindo o art. 2º do Decreto-Lei nº 2300/86, e pela contratação de pessoal sem concurso público, contrariando o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, em situações não consideradas pela Decisão nº 30/97, de 1/4/97; b) descumprimento do previsto nos artigos 7º, § 2º, incisos I e II, 47 e 21, § 4º, da Lei nº 8666/93, constatado no Processo nº 6068/96, quando da contratação da reforma do Terminal Rodoviário da Administração do Gama/DF, resultante da Tomada de Preços nº 8/96 - CPL/DMTU/DF; e c) despesas ilegais em razão da assinatura do Contrato nº 22/96, decorrente da Concorrência nº 1/94, a qual já havia sido considerada ilegal pela Corte de Contas, mediante a Decisão nº 2736/97, consoante apurações no Processo nº 4448/95.

## DAS PROPOSIÇÕES

17. Ante o exposto, sugerimos ao Egrégio Plenário que:

- I. tome conhecimento do documento de fl. 175, bem como das razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Ricardo Mendanha Ladeira (fls. 188-190) diante da audiência determinada no item II da Decisão nº 246/14, relevando o pequeno atraso na sua apresentação e considerando-as parcialmente procedentes, no sentido de afastar a irregularidade decorrente da ausência de recolhimento do valor a que se refere o § 4º do art. 13 da Lei Distrital nº 953/95, dos permissionários do STPA, no exercício de 1996, sendo mantidas as demais irregularidades;



- II. nos termos do art. 17, III, 'b', da LC nº 1/94, julgue irregulares as contas do Sr. Ricardo Mendanha Ladeira, por conta dos seguintes fatos: a) celebração de aditamento ao Convênio nº 2/92, sem a realização de licitação, conforme apurado no Processo nº 1634/96, infringindo o art. 2º do Decreto-Lei nº 2300/86, e pela contratação de pessoal sem concurso público, contrariando o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, em situações não consideradas pela Decisão nº 30/97, de 1/4/97; b) descumprimento do previsto nos artigos 7º, § 2º, incisos I e II, 47 e 21, § 4º, da Lei nº 8666/93, constatado no Processo nº 6068/96, quando da contratação da reforma do Terminal Rodoviário da Administração do Gama/DF, resultante da Tomada de Preços nº 8/96 - CPL/DMTU/DF; e c) despesas ilegais em razão da assinatura do Contrato nº 22/96, decorrente da Concorrência nº 1/94, a qual já havia sido considerada ilegal pela Corte de Contas, mediante a Decisão nº 2736/97, consoante apurações no Processo nº 4448/95;
- III. autorize o retorno dos autos à SECONT para as providências pertinentes.

À superior consideração.

**Brasília-DF, 4 de dezembro de 2014.**